Entre avanços e retrocessos: um panorama da agenda migratória entre o fim de 2025 e o início de 2026

Between advances and setbacks: an overview of the migration agenda at the end of 2025 and in the beginning of 2026

Rafael Gomes França, Julia Moraes, Giacomo Giannelli, Giulia Machado, Marina Sujkowski e Deisy Ventura

Resumo: Este informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta um panorama dos principais acontecimentos do fim de 2025 e início de 2026 na agenda migratória, marcada por avanços e retrocessos. As políticas anti-imigratórias de Trump nos Estados Unidos são pontos de atenção para a comunidade internacional, devido à violência das operações de fiscalização do Serviço de Imigração e Controle de Alfândega (ICE), em especial com a morte de pessoas imigrantes em Minneapolis e com a prisão do presidente venezuelano Nicolás Maduro. Em contrapartida, a OMS reafirmou seu compromisso com a proteção de migrantes e refugiados ao lançar o primeiro Grupo Técnico Consultivo em Saúde, Migração e Deslocamento, com representantes das suas seis regiões de atuação. Além disso, em janeiro, a Organização publicou um documento com evidências dos impactos negativos que os centros de detenção de imigrantes têm sobre a saúde. Finalmente, foi analisado o relatório de atividades do ACNUR para o ano de 2025, o qual revelou que a redução significativa em seu financiamento forçou cortes operacionais e limitou sua capacidade de atuação, colocando a necessidade de solidariedade internacional para o enfrentamento das crescentes crises que são esperadas em 2026.

Abstract: This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health presents an overview of the main events in the migration agenda that occurred at the end of 2025 and in the beginning of 2026, marked by advances and setbacks. Trump's anti-immigration policies in the United States are attention points to the international community due to the violent ICE operations, particularly after the killings in Minneapolis and the detention of Venezuelan president Nicolás Maduro. On the other hand, the WHO reaffirmed its commitment to the protection of migrants and refugees by launching the first-ever Technical Advisor Group in Health, Migration and Displacement, with representatives from all six regions. Moreover, in January, the Organization published an evidence brief regarding detention centers for immigrants and its negative impacts on health. Finally, the UNCHR 2025 activities report was analyzed, which revealed that a significant funding decrease forced operational cuts and limited its capacity of action, highlighting the need for international solidarity to face the expected rising crisis in 2026.

Palavras-chave: Migração; Refúgio; Saúde; Mobilidade Humana

Keywords: Migration; Refuge; Health; Human Mobility

Estados Unidos: Imperialismo, Operação “Resolução Absoluta” e políticas anti-migratórias

No contexto do final de 2025 e início de 2026, observa-se uma inflexão significativa na atuação externa e nas políticas migratórias dos Estados Unidos, marcada pela convergência entre maior intervencionismo geopolítico e o endurecimento sistemático de mecanismos de controle da mobilidade humana. As medidas implementadas pelo governo Trump nesse período indicam a consolidação de uma agenda de restrição migratória estrutural, combinada a ações unilaterais no plano internacional.

A conjugação entre a operação militar que resultou na captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro, apresentada como parte da chamada Operação “Resolução Absoluta”, e decisões administrativas como a suspensão de vistos de imigração para dezenas de nacionalidades e a tentativa de encerramento de proteções humanitárias evidencia uma mesma racionalidade política: a securitização simultânea da política externa e da governança migratória. Essa dinâmica reforça padrões históricos de projeção de poder no hemisfério e produz efeitos diretos sobre fluxos migratórios forçados, inclusive aqueles que o próprio intervencionismo contribui para intensificar [1] [2].

Paralelamente, o aumento da violência em operações de fiscalização conduzidas pelo Serviço de Imigração e Controle de Alfândega (ICE) emergiu como um dos aspectos mais controversos dessa política expansionista. Operações como a denominada Metro Surge em Minneapolis, descrita como a maior ação de fiscalização migratória já realizada pelo Departamento de Segurança Interna, foram marcadas por confrontos com civis e pela morte de observadores e residentes, incluindo cidadãos norte-americanos, em contextos nos quais o uso de força letal por agentes federais foi alçado à pauta pública como símbolo do recrudescimento das práticas de *enforcement*. Essa tendência não é isolada: há registros recorrentes de agentes do ICE abrindo fogo durante abordagens, de prisões sem antecedentes criminais de grande parte das pessoas detidas e de relatos de práticas de invasão de domicílios e destruição de propriedade durante operações de detenção. A intensificação dessas ações ocorre em um quadro de rápida expansão do efetivo do ICE, redução de critérios de recrutamento e diminuição de treinamentos especializados, fatores que têm sido apontados como elementos que colocam em xeque tanto a eficácia quanto a legitimidade das táticas empregadas e geram tensões com autoridades estaduais e municipais, movimentos de direitos civis e a sociedade civil[3].

A captura de Maduro por forças norte-americanas e sua transferência para jurisdição dos Estados Unidos, sob acusações de narcotráfico e terrorismo, foi interpretada como uma violação da soberania venezuelana e das normas do direito internacional. Experiências históricas na América Latina indicam que ações militares estadunidenses de grande escala, estiveram longe de estabilizar contextos políticos complexos e tendem a aprofundar fragmentações institucionais, insegurança econômica e deslocamentos populacionais. Nesse sentido, o intervencionismo apresenta um paradoxo estrutural: mobiliza o discurso de contenção de crises e combate a ameaças transnacionais, no entanto, contribui para ampliar as condições que produzem migração forçada.

Esse quadro torna-se ainda mais evidente quando observado em paralelo às mudanças recentes na política migratória doméstica. Em janeiro de 2026, o governo anunciou a suspensão do processamento de vistos de imigração para cidadãos de 75 países, introduzindo critérios mais rigorosos de elegibilidade relacionados à renda, histórico de uso de assistência pública, saúde e outros requisitos administrativos. A medida, justificada como instrumento de proteção econômica e de racionalização do sistema migratório, opera na prática como um mecanismo de exclusão em larga escala, restringindo o acesso a rotas regulares de mobilidade justamente para

populações provenientes de contextos de instabilidade política, econômica ou ambiental[4]. Ao reduzir canais legais de entrada, o Estado desloca a migração para trajetórias mais precárias e inseguras, aprofundando vulnerabilidades que posteriormente são mobilizadas para legitimar novas estratégias de repressão e controle.

O mesmo movimento se manifesta na tentativa de revogação do Temporary Protected Status (TPS), particularmente no caso haitiano. Organizações de proteção a refugiados alertaram que o encerramento dessa salvaguarda afetaria centenas de milhares de pessoas que vivem nos Estados Unidos há anos, expondo-as ao risco de retorno forçado a um país que enfrenta níveis recordes de deslocamento interno, violência armada e colapso institucional. A proposta foi amplamente criticada por seu potencial de violar compromissos humanitários básicos e por desconsiderar as condições objetivas de insegurança no Haiti, sendo temporariamente contestada na esfera judicial. Ainda assim, o episódio evidencia a tentativa de reduzir de forma estrutural os instrumentos de proteção humanitária e sinaliza uma orientação política que privilegia critérios de exclusão em detrimento de obrigações internacionais[5].

Entre venezuelanos residentes nos Estados Unidos, o cenário assume contornos ambíguos. A queda simbólica do governo Maduro foi celebrada por muitos como possibilidade de encerramento de um ciclo prolongado de crise política; ao mesmo tempo, cresce a incerteza quanto à permanência legal e às perspectivas de proteção migratória, diante do ambiente doméstico cada vez mais restritivo. A mesma potência que intervém militarmente sob a retórica de defesa da democracia limita, em seu território, os direitos daqueles que fugiram das consequências políticas e econômicas desse contexto, revelando a distância entre o discurso de libertação e as práticas concretas de exclusão.

Tomadas em conjunto, essas iniciativas indicam a consolidação de um paradigma no qual política externa, segurança nacional e governança migratória passam a operar de forma integrada. O imperialismo contemporâneo não se expressa apenas pela presença militar ou pela influência econômica direta, mas também pela capacidade de definir seletivamente quem pode circular, permanecer ou ser removido. Ao projetar poder além de suas fronteiras e, simultaneamente, reforçar barreiras administrativas e legais internas, o Estado produz um ciclo no qual intervenções externas contribuem para deslocamentos populacionais, enquanto políticas domésticas criminalizam os próprios deslocados.

Assim, a Operação "Resolução Absoluta", a escalada de violência em operações internas do ICE e o endurecimento das políticas anti-migratórias não constituem fenômenos isolados, mas dimensões complementares de uma mesma estratégia de governo, orientada pela securitização da mobilidade humana e pela primazia de interesses estratégicos sobre compromissos humanitários. Essa tendência projeta impactos diretos sobre fluxos migratórios, demandas por proteção internacional e desafios de coordenação regional, reforçando a necessidade de respostas baseadas em direitos, cooperação multilateral e respeito às normas internacionais, em contraposição à lógica unilateral e punitiva que tem caracterizado a atuação recente dos Estados Unidos.

OMS lança o primeiro Grupo Técnico Consultivo para avançar com a equidade em saúde para migrantes e populações deslocadas

No fim de novembro de 2025, a OMS anunciou o lançamento do primeiro Grupo Técnico Consultivo em Saúde, Migração e Deslocamentos[6]. A formação do grupo marca um momento crucial do compromisso de longo prazo da Organização com populações migrantes, refugiadas e em deslocamento, dando um claro imperativo de que os sistemas de saúde precisam cruzar as fronteiras, em um mundo onde a mobilidade humana se intensifica motivada por conflitos, iniquidades, mudanças climáticas e desafios socioeconômicos. O grupo é formado por 16 especialistas reconhecidos internacionalmente vindos das seis regiões de atuação da OMS, e deverão prover diretrizes independentes e rigorosamente técnicas para apoiar a definição de prioridades da OMS de 2026-2027. Os principais focos serão: o fortalecimento de sistemas de dados e monitoramento para migração e saúde; o desenvolvimento de diretrizes normativas e para formulação de políticas; o *capacity-building* das regiões e países; e o apoio à implementação do Plano de Ação Global para Saúde de Migrantes (2019-2030).

Durante o lançamento do grupo, o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom enfatizou que a saúde de migrantes e refugiados é uma prioridade da saúde pública, reconhecendo que a mobilidade humana é característica do século XXI e a saúde, enquanto um direito universal, deve ser assegurada através das fronteiras. O Head da Iniciativa Especial da OMS para Saúde e Migração destacou a necessidade de ultrapassar abordagens fragmentadas e de resposta a crises, em direção a sistemas de saúde sustentáveis e inclusivos com migrantes. Um dos principais aspectos do novo grupo é sua representação regional, ao mesmo tempo que terão desafios compartilhados. Para a região africana, que tem o maior fluxo de deslocamento interno e transfronteiriço, as prioridades incluem fortalecer os dados de saúde e migração, assegurando a continuidade dos cuidados entre fronteiras e a mobilização do financiamento sustentável para a atenção primária em saúde. Nas Américas, a onda migratória crescente fomentada pela desigualdade, impactos climáticos e instabilidade política geram a necessidade de garantir a continuidade dos cuidados, da saúde mental e saúde reprodutiva e sexual. Já no Oriente Médio, as crises e emergências climáticas demandam a mudança de respostas humanitárias de curto-prazo para o fortalecimento dos sistemas de saúde. Na Europa, as prioridades devem recair sobre o compartilhamento transfronteiriço de informações em saúde e assegurar a diversidade nas políticas em saúde, diante de um cenário de forte polarização política. Para o sudeste asiático, destaca-se a necessidade de sistemas de dados harmonizados, da inclusão de migrantes na cobertura universal de saúde, e da resiliência climática na saúde. Por fim, na região do pacífico, onde há grandes fluxos migratórios de trabalhadores e vulnerabilidades climáticas agudas, o grupo chama a atenção para a colaboração entre países e uma abordagem voltada para a longevidade.

Publicação “Health in immigration detention: Evidence brief for policy and practice” da Organização Mundial da Saúde

Em janeiro de 2026, a OMS publicou o documento “Saúde nas detenções de imigração: Evidências para políticas e práticas”[7]. A publicação resume as evidências disponíveis globalmente relacionadas à saúde de migrantes em situação de detenção durante sua jornada migratória, definindo o cenário atual, os principais desafios e as limitações das evidências, a fim de suportar

os processos de formulação de políticas e intervenções direcionadas para melhorar a saúde e o bem-estar de migrantes detidos. A metodologia utilizada para o estudo foi uma revisão de escopo com evidências disponíveis em bases de dados científicas, realizada em 2022 e abrangendo o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2021. Algumas das conclusões obtidas foram: a falta de dados sobre a saúde da população detida e dos serviços de saúde ofertados devido a escassez de informações providas pelos órgãos governamentais, o acesso restrito de agências de monitoramento independentes aos estabelecimentos de detenção em muitos países, a falta de prontuários médicos e a ocorrência de barreiras de linguagem. A metodologia utilizada para o estudo foi uma revisão de escopo com evidências disponíveis em bases de dados científicas, realizada em 2022 e abrangendo o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2021.

O documento aponta que, segundo a literatura existente, os determinantes sociais e ambientais da saúde afetam negativamente a saúde e o bem-estar dos migrantes detidos, ao passo que medidas de detenção prolongadas ou indefinidas pioram os resultados em saúde durante e após a detenção. A proliferação de doenças infecciosas está relacionado à superlotação, más condições sanitárias e de higiene e outros fatores de risco biológicos e pestes nos centros de detenção. Já as doenças não-transmissíveis são agravadas devido a outras vulnerabilidades relacionadas à situação de detenção e da migração, combinadas aos obstáculos enfrentados para acesso aos cuidados em saúde. A saúde mental também é profundamente impactada: há uma alta prevalência de transtornos mentais durante e após o período de detenção, como um resultado das condições de vida na detenção e do impacto psicológico advindo da restrição à liberdade que, enquanto um trauma, tem como consequências ansiedade, depressão e a síndrome de estresse pós-traumático. É importante destacar que existem questões específicas relacionadas ao gênero que são causadas ou exacerbadas pelas condições das detenções, e crianças são particularmente mais vulneráveis aos impactos negativos sobre a saúde - sendo que a detenção de crianças por si só já constitui uma violação de seus direitos diante os instrumentos legais das Nações Unidas. Por fim, além dos problemas gerados pelas más condições de vida nos centros de detenção, os serviços de saúde são inadequados, fragmentados e demorados, havendo falta de profissionais da saúde especializados e preparados para as especificidades desses atendimentos, e barreiras linguísticas e culturais.

A partir destes resultados e das disposições do direito internacional, destaca-se que a detenção deve ser utilizada apenas como um último recurso, e se usada, deve-se haver atenção para minimizar os impactos da detenção sobre o bem-estar físico e mental dos migrantes, em especial grupos mais vulneráveis como mulheres, crianças e LGBTs, sendo necessárias abordagens intersetoriais para assegurar seus direitos humanos. Padrões mínimos como a melhoria das condições sociais e ambientais durante a detenção devem ser implementados, a fim de evitar a superlotação dos centros de detenção e garantir o acesso a condições sanitárias, alimentação e água adequados. Ademais, é necessário fortalecer a oferta e o controle de qualidade dos serviços de saúde para as pessoas detidas, incluindo diagnóstico e cuidados à saúde oportunos (incluindo saúde mental), assim como assegurar que os profissionais de saúde tenham as habilidades necessárias para atuar nas instalações de detenção, e que a documentação médica seja robusta e transparente. A publicação e suas implicações tornam-se ainda mais relevantes diante de um contexto de políticas repressoras e violentas anti-imigratórias nos Estados Unidos e na Europa, onde centros de detenção insalubres, que violam os direitos à saúde, à vida e à dignidade humana, são o destino de milhões de pessoas refugiadas e imigrantes.

Relatório de impacto do ACNUR: Respostas a novas emergências e crises prolongadas

Ao fim de 2025, o ACNUR publicou um relatório[8] sobre sua atuação ao longo do ano nas complexas novas emergências humanitárias e crises de longo-prazo que forçam o deslocamento de milhões de pessoas de seus lares. Até o fim de junho de 2025, quando há os últimos dados oficiais disponíveis, 117,3 milhões de pessoas haviam sido forçadas a se deslocar no mundo, uma redução de 5% quando comparado com o ano anterior (2024). Este declínio representa um aumento dos retornos de refugiados e pessoas deslocadas internamente, incluindo retornos voluntários. Contudo, as tendências migratórias para o segundo semestre de 2025 sugerem que os números totais devem ser mais elevados considerando o ano completo. Frente a estes desafios conjunturais, o ACNUR enfrentou ainda mais obstáculos colocados por cortes de financiamento, fazendo com que a organização reduzisse a escala de suas atividades e sua força de trabalho em aproximadamente um terço.

Ao longo de 2025, o ACNUR gerenciou 24 declarações de emergência ativas em 16 países, incluindo 10 novas e 14 crises em continuidade desde o ano anterior. Dessas, sete foram classificadas como nível 1, dez como nível 2 e sete como nível 3. Todas as crises de nível 3 vieram do ano anterior, com destaques para a situação do Sudão e seu impacto regional, do Líbano e da Síria. As principais crises em que houve atuação do ACNUR ocorreram na Colômbia (7,1 milhões de deslocados); no Mali (recebendo 273 mil refugiados do Burkina Faso); na República Democrática do Congo (1,6 milhões de refugiados internos e 1,2 milhões nos países vizinhos); no Sudão e Sudão do Sul (4,2 milhões saíram do Sudão desde 2023 e 2,4 milhões de refugiados no Sudão do Sul); no Afeganistão (2,8 milhões de retornos do Irã); no Mianmar (3,6 milhões deslocados internamente e 1,5 milhões de refugiados); e na Ucrânia (5,3 milhões de refugiados), e foram mobilizados 193 milhões de dólares.

Frente a estes desafios conjunturais, o ACNUR enfrentou ainda mais obstáculos colocados por cortes de financiamento, fazendo com que a organização reduzisse a escala de suas atividades e sua força de trabalho em aproximadamente um terço. Embora os valores para o ano completo ainda não sejam oficiais, espera-se observar uma redução de 28% nas contribuições recebidas em relação a 2024. Para 2026, as projeções para o número de pessoas forçadas a se deslocar, pessoas retornando a seus países de origem e pessoas apátridas são de 136 milhões, fazendo com que a necessidade de solidariedade internacional chegue a um ponto crítico. O relatório destaca que, sem o financiamento adequado, oportuno e flexível, a capacidade do ACNUR de responder a essas crises e garantir a vida das milhões de pessoas em situação de migração ou refúgio será fortemente restrita.

Referências:

CNN BRASIL. Captura de Maduro reacende debate sobre êxodo venezuelano no Brasil. CNN Brasil, 05 jan. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/captura-de-maduro-reacende-debate-sobre-exodo-venezuelano-no-brasil/. Acesso em: 09 fev. 2026.

LE MONDE. After celebrating Maduro ouster, Venezuelan migrants in US fear what lies ahead. Le Monde, 14 jan. 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/01/14/after-celebrating-maduro-ouster-venezuelan-migrants-in-us-fear-what-lies-ahead_6749433_4.html. Acesso em: 09 fev. 2026.

O GLOBO. Aumento da violência em operações anti-imigrantes nos EUA põe táticas do ICE em xeque e expõe falhas em recrutamento. O Globo, 16 jan. 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/01/16/aumento-da-violencia-em-operacoes-anti-imigrantes-nos-eua-poe-taticas-do-ice-em-xeque-e-expoe-falhas-em-recrutamento.ghtml. Acesso em: 09 fev. 2026.

AL JAZEERA. Trump suspends immigrant visas for 75 countries: Who's affected? Al Jazeera, 15 jan. 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/1/15/trump-suspends-immigrant-visas-for-75-countries-whos-affected. Acesso em: 09 fev. 2026.

U.S. COMMITTEE FOR REFUGEES AND IMMIGRANTS (USCRI). USCRI raises alarm over TPS termination as Haiti faces record-level displacement. Washington, 2025. Disponível em: https://refugees.org/uscri-raises-alarm-over-tps-termination-as-haiti-faces-record-level-displacement. Acesso em: 09 fev. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO launches first-ever Technical Advisory Group to advance health equity for migrants and displaced populations**. 15 dez. 2025. Disponível em: https://www.who.int/news/item/15-12-2025-who-launches-first-ever-technical-advisory-group-to-advance-health-equity-for-migrants-and-displaced-populations?utm_source=-chatgpt.com. Acesso em: 08 fev. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health in immigration detention**: Evidence brief for policy and practice. Genebra, jan. 2026. Disponível em: https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/930b6319-d1d9-4271-bac4-f5d67145c521/content. Acesso em: 08 fev. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **2025 Impact Report**: Response to new emergencies and protracted crises. Disponível em: https://www.unhcr.org/media/unhcr-s-2025-impact-report-response-new-emergencies-and-protracted-crises. Acesso em: 08 fev. 2026.